

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À
Diretoria e Quotistas da
Guarupart Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante:		106.523	76.371	5.444.562	4.995.017
Caixa e equivalentes de caixa	5	32	26	1.025.236	2.975.449
Investimento de curto prazo	6	-	-	2.864.348	513.756
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	4.470	105.979
Contas a receber de clientes	8	-	-	346.258	324.347
Estoques		-	-	10.445	1.144
Impostos a recuperar	9a	2.264	8.035	137.227	86.692
Adiantamentos a fornecedores		4	4	29.605	9.737
Despesas antecipadas		-	-	9.280	7.030
Dividendos a receber - Partes relacionadas	10	103.837	67.720	75	17.387
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	-	-
Ativo financeiro da contratual	12	-	-	951.888	906.633
Outros ativos		386	586	65.730	46.863
		2.701.917	2.355.532	14.060.905	9.753.083
Não circulante:					
Títulos e valores mobiliários	7	57.302	57.302	157.795	62.294
Alienações de investimentos	11	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	8	-	-	12.528	12.130
Impostos a recuperar	9a	-	-	5.961	32.172
Tributos e contribuições sociais diferidos	9b	-	-	7.008	10.063
Partes relacionadas	10	223	15	223	15
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	-	-
Ativo financeiro da contratual	12	-	-	9.007.266	4.624.825
Estoques		-	-	-	25.213
Cauções e depósitos judiciais		12.046	11.996	27.011	35.929
Outras contas a receber		3.220	3.220	27.873	30.598
Investimentos	13	2.568.941	2.222.736	144.857	427.888
Imobilizado	14	2.809	2.887	4.428.835	4.286.369
Intangível	15	156	156	184.328	148.367
Ativo total		2.808.440	2.431.903	19.505.467	14.748.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante:		125.807	117.960	2.107.665	1.579.142
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	10.372	65.552	877.959	771.629
Fornecedores		1.811	3.223	403.181	296.415
Salários, férias e encargos sociais		-	-	39.978	20.633
Tributos e Contribuições Sociais Corrente e	17a	1.088	1.281	149.394	139.877
Adiantamentos de clientes		-	-	5.794	-
Passivo de arrendamento		-	-	6.071	-
Dividendos a pagar		111.552	46.719	392.314	137.191
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	73.594	79.341
Provisões para gastos ambientais	19	-	-	19.938	23.400
Taxas regulamentares e setoriais	20	-	-	60.073	85.107
Provisão para contingências	21	-	-	323	1.071
Outras obrigações		984	1.185	79.046	24.478
Não Circulante		97.582	22.080	9.841.554	6.838.049
Empréstimos e financiamentos	16	77.793	-	7.724.361	5.697.193
Passivo de arrendamento		-	-	27.892	-
Tributos e Contribuições Sociais Corrente	17a	-	-	-	1.485
Provisão para contingências	21	1.003	1.003	15.847	11.060
Adiantamento de clientes		-	-	5.951	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	381	-
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	17b	78	97	1.847.122	932.704
Taxas regulamentares e setoriais	20	-	-	158.477	137.327
Partes relacionadas	10	18.708	20.980	18.708	20.980
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	6.677	6.678
Provisão para gastos ambientais	19	-	-	734	734
Outras contas a pagar		-	-	35.404	29.888
Participação de acionistas não controladores		-	-	4.971.197	4.039.046
Patrimônio líquido:		2.585.051	2.291.863	2.585.051	2.291.863
Capital social realizado	22	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	22	25.345	39.850	25.345	39.850
Reserva de lucros	22	2.101.990	1.801.639	2.101.990	1.801.639
Lucros Acumulados		-	-	-	-
Ajustes Acumulados de conversão		19.113	11.771	19.113	11.771
Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores		2.585.051	2.291.863	7.556.248	6.330.909
Passivo total		2.808.440	2.431.903	19.505.467	14.748.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta:					
Transmissão e geração de energia		-	-	4.286.549	1.498.183
Venda de Energia		-	-	738.175	586.417
Serviços prestados		-	-	-	-
Receita operacional bruta:	24	-	-	5.024.724	2.084.600
Deduções da receita bruta	24	-	-	(432.625)	(201.691)
Receita operacional líquida	24	-	-	4.592.099	1.882.909
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados		-	-	(171.036)	(160.498)
Custo dos produtos vendidos		-	-	-	-
Energia comprada para revenda		-	-	(231.739)	(90.649)
Custo de infraestrutura		-	-	(1.616.431)	(266.475)
Depreciação / Amortização		-	-	(106.125)	(96.171)
		-	-	(2.125.331)	(613.793)
Lucro bruto		-	-	2.466.768	1.269.116
Despesas (receitas) operacionais:					
Administrativas e gerais		(4.484)	(4.518)	(104.185)	(93.817)
Depreciação /amortização		(78)	(31)	(6.927)	(5.612)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(24.065)	(21.263)
Resultado da equivalência patrimonial	13	457.204	198.615	57.394	34.609
Outras receitas		-	15	51.237	7.122
Outras despesas		-	-	(11)	(1.620)
		452.642	194.081	(26.557)	(80.581)
Lucro antes do resultado financeiro		452.642	194.081	2.440.211	1.188.535
Despesas financeiras	23	(6.541)	(7.460)	(356.176)	(371.935)
Receitas financeiras	23	106	257	87.235	97.885
		(6.435)	(7.203)	(268.941)	(274.050)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		446.207	186.878	2.171.270	914.485
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(92.207)	(89.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(448.663)	(85.957)
Lucro líquido do exercício		446.207	186.878	1.630.400	739.053
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		446.207	186.878	446.207	186.878
Acionistas não controladores		-	-	1.184.193	552.175
		446.207	186.878	1.630.400	739.053
Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		0,94	0,39		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
EBTIDA - LAJIDA		452.720	194.112	2.553.263	1.290.318

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	476.726	(38.123)	95.345	1.446.218	42.551	-	4.698	2.027.415	-	3.612.209	5.639.624
Ajustes de lucros exercícios anteriores Reflexos em 01/01/2018- Adoção CPC 47			-			119.917		119.917			119.917
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(2.681)			(2.681)			(2.681)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	7.073	7.073			7.073
Ajuste de reserva para Reinvestimento					(20)			(20)			(20)
Variação na participação dos acionistas não controladores									426.837		426.837
Lucro líquido do exercício						186.878		186.878	-		186.878
Reserva legal			-	-		-		-			-
Dividendos propostos						(46.719)		(46.719)			(46.719)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				260.076		(260.076)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	476.726	(38.123)	95.345	1.706.294	39.850	-	11.771	2.291.863	-	4.039.046	6.330.909
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(14.505)			(14.505)			(14.505)
Gastos com emissões de ações reflexa		-						-			-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	7.342	7.342			7.342
Outros Ajustes						62		62			62
Dividendos Complementares aprovado em assembleia						(34.366)		(34.366)		-	(34.366)
Variação na participação dos acionistas não controladores									932.151		932.151
Lucro líquido do exercício						446.207		446.207	-		446.207
Reserva legal			-	-		-		-			-
Dividendos propostos						(111.552)		(111.552)			(111.552)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				300.351		(300.351)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	476.726	(38.123)	95.345	2.006.645	25.345	-	19.113	2.585.051	-	4.971.197	7.556.248

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	446.207	186.878	1.630.400	739.053
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Resultado de não controladores	-	-	(1.184.193)	(552.175)
Resultado da equivalência patrimonial	(457.204)	(198.615)	(57.394)	(34.609)
Depreciação e amortização	78	31	113.052	101.841
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	2.761	9.014
Valor residual das baixas do intangível	-	-	667	10.404
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	6.000	6.617	606.854	421.046
Receitas financeiras	(103)	(930)	(52.012)	(60.094)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(92.207)	(89.475)
Imposto Diferido	-	-	(448.663)	(85.957)
Ajuste participação de minoritário	-	-	932.151	426.837
	(5.022)	(6.019)	1.451.416	885.885
(Aumento) Diminuição de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(22.309)	(89.738)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(4.427.696)	(1.088.051)
Estoques	-	-	15.912	386
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	3.055	3.380
Tributos e compensar	5.874	673	(24.221)	(12.177)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(19.868)	9.712
Investimento de curto prazo	-	-	(2.298.683)	(88.826)
Títulos e valores mobiliários	-	-	39.970	17.734
Outras contas a receber	200	-	(16.142)	35.061
Cauções e depósitos judiciais	(50)	(7.483)	8.918	(16.428)
Partes relacionadas	(208)	413	(208)	413
Dividendos	-	-	17.312	16.084
Despesas antecipadas	-	31	(2.250)	(44)
	5.816	(6.366)	(6.726.210)	(1.212.494)
Aumento (Diminuição) de Passivos				
Fornecedores	(1.412)	(918)	106.766	150.675
Salários, férias e encargos sociais	-	-	19.345	870
Contribuições e impostos a recolher	(193)	46	101.724	121.123
Imposto de renda diferido	(1)	1	1.361.596	582.747
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	(3.884)	163.658
Provisões de constituição dos ativos	-	-	(5.748)	40.465
Adiantamento de clientes	-	-	11.745	-
Outras provisões	-	-	1.325	10.698
Dividendos a pagar	(81.042)	-	109.248	(41.668)
Partes relacionadas	(2.272)	(2.891)	(2.272)	(2.891)
Outras contas a pagar	(201)	(9)	59.336	7.705
	(85.121)	(3.771)	1.759.181	1.033.382
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
	(84.327)	(16.156)	(3.515.613)	706.773
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	-	-	333.281	(65.947)
Imobilizado	-	-	(253.990)	(363.938)
Intangível	-	-	(40.917)	(15.007)
Dividendos recebidos	67.720	108.353	-	-
	67.720	108.353	38.374	(444.892)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos tomados	85.000	-	3.037.103	3.023.180
Amortizações e pgtos de empréstimos	(68.387)	(8.807)	(1.510.458)	(1.806.318)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	381	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(83.383)	-	(83.383)
	16.613	(92.190)	1.527.026	1.133.479
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES				
	6	7	(1.950.213)	1.395.360
Disponibilidades no início do exercício	26	19	2.975.449	1.580.089
Disponibilidades no final do exercício	32	26	1.025.236	2.975.449
	6	7	(1.950.213)	1.395.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de março de 2020.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros e contratuais da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças de estimativas as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

2.4. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

2.5.1. Controladas e controlas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Controladas	Empresa	Atividade	Participação (%)	
			2019	2018
Controladas diretas				
Alupar Investimento S.A.	ALUPAR	Holding	51,35%	51,35%
Controladas indiretas				
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	AETE	Transmissão	22,18	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (i)	EBTE	Transmissão	51,00	51,00
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	ECTE	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (vii)	EDTE	Transmissão	25,06	25,06
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	ELTE	Transmissão	99,99	99,99
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi) (vii)	ERTE	Transmissão	59,05	50,01
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii)	ESDE	Transmissão	99,99	99,99
Empresa de Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (vi)	ESTE	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	ETAP	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	ETC	Transmissão	100,00	100,00
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	ETEM	Transmissão	62,79	62,79
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	ETEP	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	ETES	Transmissão	100,00	100,00
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	ETSE	Transmissão	99,90	99,90
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	ETVG	Transmissão	100,00	100,00
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	Lumitrans	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i) (vii)	STC	Transmissão	20,00	20,00
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	STN	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Caminho do Café S.A.	TCC	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	TCE	Transmissão	99,89	99,89
Transmissora Paraíso De Energia S.A.	TPE	Transmissão	51,00	51,00
Companhia Transudeste de Transmissão (ii) (vi)	Transirapé	Transmissão	51,00	51,00
Companhia Transleste de Transmissão (ii) (vi)	Transleste	Transmissão	51,00	51,00
Companhia Transirapé de Transmissão (ii) (vi)	Transudeste	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	TSM	Transmissão	51,00	51,00
Água Limpa S.A.	Água Limpa	Geração	99,99	99,99
Eólica do Agreste Potiguar I S.A.	EAP I	Geração	99,90	-
Eólica do Agreste Potiguar II S.A.	EAP II	Geração	99,90	-
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	EDV I	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	EDV II	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	EDV III	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	EDV IV	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A. (viii)	EDV X	Geração	100,00	100,00
Ferreira Gomes Energia S.A.	Ferreira Gomes	Geração	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Foz	Geração	69,83	69,83
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	GET	Geração	51,00	51,00
Ijuí Energia S.A.	Ijuí	Geração	86,66	86,66
La Virgen S.A.C. (v)	La Virgen	Geração	37,15	37,15
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Lavrinhas	Geração	61,00	61,00
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Queluz	Geração	68,83	68,83
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (ix)	Risaralda	Geração	99,96	99,96
Verde 8 Energia S.A.	Verde 8	Geração	85,00	85,00
Alupar Chile Inversiones SpA	Alupar Chile	Holding	100,00	100,00
Alupar Colombia S.A.S	Alupar Colombi	Holding	100,00	100,00
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar Peru	Holding	100,00	100,00
Apaete Participações em Transmissão S.A.	Apaete	Holding	25,50	-
Transminas Holding S.A.	Transminas	Holding	70,02	70,02
Transmissoras Reunidas S.A.	Transmissoras F	Holding	99,99	99,99
Windepar Holding S.A.	Windepar	Holding	100,00	100,00
AF Energia S.A.	AF	Serviços	100,00	100,00
ACE Comercializadora Ltda.	ACE	Comercializadora	100,00	100,00
Empreendimentos controlados em conjunto indiretamente:				
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	ETB	Transmissão	50,00	50,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	TME	Transmissão	46,00	46,00
Transnorte Energia S.A.	TNE	Transmissão	51,00	51,00

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Controlada diretamente pela Alupar Peru. (vi) Participação indireta via EATE. (vii) Participação indireta via ENTE. (viii) Participação indireta via Windepar. (ix) Participação indireta via Alupar Colombia

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

2.5.2. Combinação de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- A estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

3.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.1 e 3.1.2.

3.2. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 15,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida no resultado do exercício.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

A receita de remuneração financeira do ativo de concessão é reconhecida após a conclusão das obras de implementação da infraestrutura e início da operação comercial.

Assim, a contrapartida dos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão bem como a receita pela remuneração financeira é registrada na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação da obrigação de desempenho de operar e manter.

As receitas pela implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE que estão registrados na rubrica de "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", no passivo circulante e não circulante.

3.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora)

3.4 Imobilizado

3.4.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 12, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito exploração da concessão - Uso do Bem Público

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão (35 anos).

b) Direito exploração da concessão e autorização

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Refere-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros da controlada indireta La Virgen, por meio de combinação de negócios e custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos - SPE's controladas, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

3.6. Redução ao valor recuperável ("impairment")

▪ Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de imobilizado.

3.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de imobilizado.

3.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos.

A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Benefícios a empregados

3.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado "Lucro da Exploração", aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

3.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

3.10.1. Receita de implantação da infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos.

Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

3.10.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.10.3. Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a conclusão da fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

3.10.4. Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste - PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

3.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.10.6. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

3.12. Resultado por ação

A Controlada efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia controlada atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.15. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reserva Global de Reversão (RGR) e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. As controladas da Companhia possuem registrado no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", o valor da receita destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

A RGR é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

3.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) - Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

3.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas.

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2019

4.1.1. CPC 06 (R2) - IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia e suas controladas, como arrendatárias, reconheceram os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

- Políticas contábeis

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

- Efeitos de transição

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e que não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de cada uma de suas controladas em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, aluguéis de impressoras, máquinas de café, etc.), bem como de curto prazo. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas excluíram os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia e suas controladas descontaram os pagamentos do arrendamento utilizando cada uma a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito ("spread bancário") obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

- Impactos da adoção inicial e nas demonstrações financeiras do exercício

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia apurou o montante de R\$2.579 a título de ativos de direito de uso e R\$32.450 no Consolidado registrados em contrapartida ao passivo de arrendamento.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia e suas controladas reconheceram despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$597 (R\$3.351 no Consolidado) de depreciação e R\$195 (R\$4.734 no Consolidado) de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso e do passivo de arrendamento estão demonstradas nas notas explicativas nº 12 e nº 21, respectivamente.

4.1.2. ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia e suas controladas avaliaram a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia e suas controladas, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco, adicionalmente a adoção não causou impactos em suas demonstrações contábeis.

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bancos - Depósitos a vista			23	17	68.005	83.402
Fundos de investimento (*)	94,93%	97,84%	-	-	-	253.836
Certificados de depósitos bancários	0,00%	93,10%	-	-	320.891	2.161.923
Operações compromissadas	95,00%	90,00%	-	-	38.976	27.934
Outros fundos de investimento	91,48%	82,13%	-	-	568.626	406.900
Aplicações automáticas	20,00%	22,54%	9	9	28.738	41.454
			<u>32</u>	<u>26</u>	<u>1.025.236</u>	<u>2.975.449</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Títulos federais - Letras Financeiras do tesouro	1.349.326	558.613
Operações compromissadas em LTN	1.368.202	-
Valores a pagar/receber	-	(23)
Títulos Privados	146.918	-
Outros	(98)	1
Outros cotistas	-	(44.835)
	<u>2.864.348</u>	<u>513.756</u>

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se aos fundos exclusivos FI - Energia e a STA Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 97,49% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos mobiliários é assim como segue:

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	98,00%	85,00%	4.470	95.780
Operações compromissadas		99,64%	-	10.199
			<u>4.470</u>	<u>105.979</u>
<u>Não circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	97,90%	95,68%	100.493	4.992
Debentures (Principal)	100% cdi + Spread	100% cdi + Spread 4,10%aa	57.302	57.302
			<u>157.795</u>	<u>62.294</u>
			<u>162.265</u>	<u>168.273</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- i) Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos;
- ii) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito à aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	142.370	124.078
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	216.416	212.399
	10.712	10.712	369.498	347.189
(-) Provisão para devedores duvidosos	(10.712)	(10.712)	(10.712)	(10.712)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>358.786</u>	<u>336.477</u>
Circulante	-	-	346.258	324.347
Não circulante	-	-	12.528	12.130
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>358.786</u>	<u>336.477</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, uma provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$599 foi adquirida na combinação de negócios da AETE. Não foi constituída uma provisão para os demais recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

9. Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas, efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	-	-	16.881	41.701
IRPJ/CSLL	-	-	80.368	20.069
PIS	-	-	657	-
COFINS	-	-	-	-
INSS	1.301	1.301	2.603	1.301
Saldo Negativo - IRPJ	963	6.734	963	6.734
ICMS	-	-	-	-
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	31.674	13.980
Outros	-	-	4.081	2.907
Total circulante	2.264	8.035	137.227	86.692
Não circulante				
Imposto de Renda Retido na fonte			3.187	3.187
PIS			467	467
COFINS	-	-	2.292	2.292
Contribuição social sobre o lucro	-	-	-	6.651
Imposto de Renda Retido na fonte	-	-	1	19.560
Outros	-	-	14	15
Total não circulante	-	-	5.961	32.172
Total	2.264	8.035	143.188	118.864

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Não Circulante				
IRPJ Diferido	-	-	4.057	7.398
CSLL Diferido	-	-	2.951	2.665
Total	-	-	7.008	10.063

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2019 e 31 dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	103.837	67.720	75	17.387
Dividendos a receber	103.837	67.720	75	17.387
Alupar Investimentos S.A	103.837	67.720	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	75	75
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	-	-	-	17.312
Ativo não-circulante	223	15	223	15
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	15	18	15
Licht Energia S.A	18	15	18	15
Operações de mútuos	205	-	205	-
Cime Administração e Participações S.A	205	-	205	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo não-circulante	18.708	20.980	18.708	20.980
Operações de mútuos	18.708	20.980	18.708	20.980
Cime Administração e Participações S.A	-	2.265	-	2.265
Ebac	5.646	5.646	5.646	5.646
Cavan Premoldado S.A.	5.549	5.549	5.549	5.549
614 TVC Interior S/A	7.513	7.520	7.513	7.520

11. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um 1º aditivo contratual, e em 29/04/2019 o 2º Aditivo onde o foi concedido uma nova carência de 18 meses a com o pagamento em 36 parcelas.

12. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	5.531.458	4.323.510
Ajuste da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018	-	866.027
Receita de operação e manutenção	461.143	177.124
Remuneração do ativo de concessão	432.406	933.938
Receita de infraestrutura	3.393.000	387.121
Ativo de concessão adquirido em combinação de negócios	1.356.493	9.336
Realização do ativo contratual de concessão	(1.215.346)	(1.165.598)
Saldo final	9.959.154	5.531.458
Circulante	951.888	906.633
Não circulante	9.007.266	4.624.825
Saldo final	9.959.154	5.531.458

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empresas coligadas e controladas	2.568.890	2.222.685	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto			136.958	419.989
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.826	7.826
Total	2.568.941	2.222.736	144.857	427.888

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	879.111.269		
Total de ações/quotas da controladora	451.466.495		
% de participação	51,35%		
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2019	5.002.189		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro (prejuízo) do exercício	890.284		
	<u>890.284</u>		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.222.663	22	2.222.685
Ajustes de exercício anterior	-	-	-
Dividendos	(103.837)	-	(103.837)
Constituição de reserva para Reinvestimento - Reflexa	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	457.204	-	457.204
Ganho/Perda na conversão de balanço	7.343	-	7.343
Agio/Deságio em participações	(14.505)		(14.505)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.568.868	22	2.568.890

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda	Saldo em
	anual de						
Custo							
Terrenos		2.674	-	-	-	-	2.674
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	1.965
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	895
Total custo		5.534	-	-	-	-	5.534
Depreciação							
Edificações	5%	(1.752)	(78)	-	-	-	(1.830)
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	(895)
Móveis e utensílios	10%	-	-	-	-	-	-
Total Depreciação		(2.647)	(78)	-	-	-	(2.725)
Total		2.887	(78)	-	-	-	2.809
Imobilizado de Geração e Transmissão		Saldo em				Ganho e perda	Saldo em
Em serviço		31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	na conversão	31/12/2019
Custo							
Terrenos		87.521	2.066	(1.645)	-	120	88.062
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.540.083	581	-	37.455	-	1.578.119
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		466.527	267	-	8.018	3.679	478.491
Máquinas e Equipamentos		1.761.123	14.188	(22)	82.152	1.342	1.858.783
Veículos		3.195	25	(49)	-	39	3.210
Móveis e Utensílios		7.312	447	(33)	48	59	7.833
Direito de uso sobre arrendamentos		-	34.327	-	-	-	34.327
Total custo		3.865.761	51.901	(1.749)	127.673	5.239	4.048.825
Depreciação							
Terrenos		-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,04%	(170.895)	(34.151)	-	-	-	(205.046)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,19%	(49.733)	(11.939)	-	-	(105)	(61.777)
Máquinas e Equipamentos	3,10%	(246.353)	(58.474)	39	-	749	(304.039)
Veículos	11,74%	(1.477)	(175)	-	-	(5)	(1.657)
Móveis e Utensílios	11,07%	(3.274)	(593)	30	-	(33)	(3.870)
Direito de uso sobre arrendamentos		-	(3.353)	-	-	-	(3.353)
Total Depreciação		(471.732)	(108.685)	69	-	606	(579.742)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço		3.394.029	(56.784)	(1.680)	127.673	5.845	3.469.083
Em curso		889.453	163.923	(1.081)	(127.673)	32.321	956.943
Total da movimentação de geração e transmissão		4.283.482	107.139	(2.761)	-	38.166	4.426.026
Total do imobilizado consolidado		4.286.369	107.061	(2.761)	-	38.166	4.428.835

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Imobilizado em curso

a) Imobilizado em curso

O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas La Virgen (R\$739.889), TCE (R\$79.493), parques eólicos (R\$16.775) e Água Limpa (R\$7.825).

b) Capitalização de Encargos

As controladas em fase pré-operacional capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2019 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$6.288 (R\$11.916 em 31 de dezembro de 2018). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional, conforme notas explicativas nº 19 e nº 20.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

15. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros intangíveis					
Outros intangíveis - custo		272	272	39.803	24.784
Uso do bem público				16.348	16.348
Outros intangíveis - amortização	24,29%	(116)	(116)	(18.170)	(16.638)
Total outros intangíveis		156	156	37.981	24.494
Intangível gerado na aquisição de ações					
Ágio na aquisição de ações	4,06%	-	-	88.081	66.373
Amortização		-	-	(15.774)	(13.668)
Total de ágio gerado na aquisição de ações		-	-	72.307	52.705
Projeto em desenvolvimento		-	-	74.040	71.168
Total intangível		156	156	184.328	148.367

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

a) Intangível gerado na aquisição de ações (Ágio decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados por suas controladas foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	31/12/2019	31/12/2018
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	28.400	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	6.164	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3.006	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	1.847	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	2.714	3.924
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3.933	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	2.420	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	8.942	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	9.766	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	3.814	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	2.767	4.391
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	4.391	6.680
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.752	1.781
Outros	255	247
	88.081	66.373
Amortização de Ágio	(15.774)	(13.668)
	72.307	52.705

(*) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada EATE. (**) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada Windepar. (***) Direito de exploração gerado na aquisição de ações por parte da controlada ENTE.

b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

c) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2019
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2019	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2019	
Moeda nacional - R\$ Nota Promissórias	Guarupart	jun/19	CDI + 1,6% a.a		10.372	-	10.372	77.793	-	77.793	88.165
Total Controladora					10.372	-	10.372	77.793	-	77.793	88.165
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/26	TJLP	2,44	3.447	-	3.447	18.016	-	18.016	21.463
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/26	TJLP	2,04	112	-	112	586	-	586	698
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	nov/28	TJLP	2,02	3.335	-	3.335	25.668	-	25.668	29.003
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	nov/23		3,50	4.463	-	4.463	12.945	-	12.945	17.408
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	15.405	-	15.405	153.663	-	153.663	169.068
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	6.099	-	6.099	60.818	-	60.818	66.917
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	688	-	688	6.863	-	6.863	7.551
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/22		2,5	24.782	(240)	24.542	49.409	(2.468)	46.941	71.483
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	-	183	-	183	1.841	-	1.841	2.024
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	mar/27	TJLP	2,44	15.982	-	15.982	97.612	-	97.612	113.594
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	set/27	TJLP	3,17	13.660	-	13.660	89.778	-	89.778	103.438
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	abr/25	TJLP	1,93	9.693	-	9.693	41.340	-	41.340	51.033
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	abr/25	TJLP	2,22	1.318	-	1.318	5.614	-	5.614	6.932
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	jan/25	TJLP	1,93	9.836	-	9.836	39.558	-	39.558	49.394
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	jan/25	TJLP	2,22	2.155	-	2.155	8.663	-	8.663	10.818
BNDES	EDVI	out/32	TJLP	2,18	3.598	(69)	3.529	60.566	-	60.566	64.095
BNDES	EDV II	out/32	TJLP	2,18	1.906	(44)	1.862	32.721	-	32.721	34.583
BNDES	EDV III	out/32	TJLP	2,18	3.043	(50)	2.993	51.540	-	51.540	54.533
BNDES	EDV IV	out/32	TJLP	2,18	4.193	(59)	4.134	73.492	-	73.492	77.626
BNDES	EDVX	out/32	TJLP	2,18	2.836	(56)	2.780	46.540	-	46.540	49.320
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/24	CDI	10,00	23.760	-	23.760	53.096	-	53.096	76.856
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jul/20		4,50	77	-	77	-	-	-	77
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	jan/24		3,50	2.396	-	2.396	7.346	-	7.346	9.742
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/29	TJLP	3,50	564	-	564	3.753	-	3.753	4.317
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	abr/21	TJLP	4,50	1.551	-	1.551	496	-	496	2.047
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411	Transirapé	abr/26	TJLP	6,00	580	-	580	2.586	-	2.586	3.166
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	abr/25		9,50	2.528	-	2.528	10.255	-	10.255	12.783
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	abr/25		95,00	772	-	772	3.179	-	3.179	3.951
Banco do Brasil - FCO - Contrato nº 20/00474-5	TME				56.854	-	56.854	-	-	-	56.854
BNDES - Contrato nº 20/00487-7	TME				41.738	(320)	41.418	-	-	-	41.418
Subtotal					257.554	(838)	256.716	957.944	(2.468)	955.476	1.212.192
Total Consolidado - Moeda Nacional					267.926	-	267.088	1.035.737	-	1.033.269	1.300.357
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	dez/21	Libor (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	dez/21	Libor (*)	-	3.399	-	3.399	141.172	-	141.172	144.571
Banco Itaú ME	Alupar Peru	set/20	Libor	5,85	84.818	-	84.818	-	-	-	84.818
Reestructuracion largo plazo	Transleste	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	15.139	(303)	14.836	133.469	(1.413)	132.056	146.892
Subtotal					103.356	(303)	103.053	274.641	(1.413)	273.228	376.281
Moeda estrangeira	Pré Operacionais										
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/32	Libor (**)	-	14.473	-	14.473	179.270	-	179.270	193.743
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	mar/32	Libor (**)	até 5 anos	9.414	-	9.414	107.041	-	107.041	116.455
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	abr/21	Libor (**)	-	53	-	53	-	-	-	53
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	jul/20		-	91	-	91	-	-	-	91
Santander Brasil - Capital de trabajo	Transmissora Colombiana	jul/20		-	4.262	-	4.262	120.828	(48)	120.780	125.042
Subtotal					28.293	-	28.293	407.139	-	407.091	435.384
Total consolidado - Moeda estrangeira					131.649	-	131.346	681.780	(1.461)	680.319	811.665

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2019
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2019	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2019	
Debêntures: Operacionais											
5ª Emissão	Alupar	mai/27	IPCA	7,80	-	-	-	-	-	-	-
6ª Emissão	Alupar	abr/21	IPCA	7,33	161.057	(1.230)	159.827	156.371	(410)	155.961	315.788
7ª Emissão	Alupar	abr/21	IPCA	7,33	2.239	(352)	1.887	648.500	(1.545)	646.955	648.842
1ª emissão	Windepar	dez/28	IPCA	7,63	2.835	(517)	2.318	70.083	(4.185)	65.898	68.216
4ª Emissão	EATE	ago/20	CDI	109,75	28.262	(2)	28.260	-	-	-	28.260
5ª Emissão - Série II	EATE	set/21	CDI	116,00	176	(16)	160	54.000	(11)	53.989	54.149
6ª Emissão	EATE	set/22	CDI	107,75	15.296	(72)	15.224	26.727	(50)	26.677	41.901
7ª Emissão	EATE	jun/23	CDI	112,00	18.582	(113)	18.469	46.363	(120)	46.243	64.712
8ª Emissão	EATE	jun/23	CDI	112,00	6.685	(147)	6.538	270.000	(519)	269.481	276.019
3ª Emissão	ECTE	fev/20	CDI	2,15	2.007	-	2.007	-	-	-	2.007
4ª Emissão	ECTE	set/22	CDI	107,75	20.826	(105)	20.721	54.310	(75)	54.235	74.956
5ª Emissão	ECTE	set/22	CDI	107,75	1.238	(143)	1.095	50.000	(168)	49.832	50.927
2ª Emissão	ENTE	ago/20	CDI	109,75	44.081	(3)	44.078	-	-	-	44.078
3ª Emissão - Série II	ENTE	set/21	CDI	116,00	39	(10)	29	12.000	(7)	11.993	12.022
4ª Emissão	ENTE	set/21	CDI	116,00	1.238	(50)	1.188	50.000	(176)	49.824	51.012
2ª Emissão	ETEP	ago/20	CDI	109,75	12.265	(2)	12.263	-	-	-	12.263
3ª Emissão	ETEP	jun/23	CDI	112,00	11.042	(69)	10.973	27.551	(73)	27.478	38.451
3ª Emissão	erreira Gome	dez/27	IPCA	6,47	14.860	(1.319)	13.541	286.315	(9.235)	277.080	290.621
1ª Emissão	STN	ago/20	CDI	109,75	17.953	-	17.953	-	-	-	17.953
2ª Emissão	Transirapé	set/22	CDI	107,75	9.745	(50)	9.695	17.027	(87)	16.940	26.635
1ª Emissão	Transleste	ago/20	CDI	109,75	9.949	(33)	9.916	-	-	-	9.916
2ª Emissão	Transleste	jun/22	CDI	107,75	4.816	(51)	4.765	25.200	(90)	25.110	29.875
2ª Emissão	Transudeste	set/22	CDI	107,75	12.264	(72)	12.192	21.429	(126)	21.303	33.495
1ª Emissão	EBTE	jun/23	CDI	112,00	22.043	(141)	21.902	55.002	(149)	54.853	76.755
1ª Emissão	ETES	jun/23	CDI	112,00	8.016	(49)	7.967	20.001	(121)	19.880	27.847
2ª Emissão - I	ETAP			676	(247)	429	41.300	(670)	40.630	41.059	
2ª Emissão - II	ETAP			3.506	(490)	3.016	118.573	(2.308)	116.265	119.281	
1ª Emissão	ETVG	jun/23	CDI	112,00	7.615	(41)	7.574	19.001	(102)	18.899	26.473
2ª Emissão	Verde 8			3.784	(470)	3.314	147.027	(2.156)	144.871	148.185	
2ª Emissão - Série I	ETC			509	(182)	327	30.700	(493)	30.207	30.534	
2ª Emissão - Série II	ETC			2.548	(361)	2.187	88.180	(1.700)	86.480	88.667	
Debêntures: Pré-Operacionais											
1ª Emissão	TCC	set/28	IPCA	6,53	13.267	(2.477)	10.790	707.346	(19.198)	688.148	698.938
1ª Emissão	TPE	set/28	IPCA	6,53	20.878	(3.888)	16.990	1.113.027	(30.142)	1.082.885	1.099.875
2ª Emissão	EDTE	set/23	CDI	112,00	671	(1.195)	(524)	326.865	(8.509)	318.356	317.832
1ª Emissão	ETB	set/25	IPCA	6,17	14.844	(2.390)	12.454	741.872	(19.495)	722.377	734.831
1ª Emissão	TSM			0	0	-	-	531.109	(33.651)	497.458	497.458
1ª Emissão	ESTE			0	0	-	-	415.869	(25.404)	390.465	390.465
Total consolidado - Debêntures					495.812	(16.287)	479.525	6.171.748	(160.975)	6.010.773	6.490.298
Total de empréstimos e financiamentos					895.387	(17.428)	877.959	7.889.265	(164.904)	7.724.361	8.602.320

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 2018, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2019 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 104.963 (R\$ 105.979 em 31 de dezembro de 2018).

Debêntures

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pela Controlada Alupar, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Controladora - Dívida Líquida / (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBITDA) / Despesa Financeira Líquida; e
- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas indiretas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto. Adicionalmente, a Ferreira Gomes cumpriu com os índices do quarto trimestre de 2019.

As debêntures de suas controladas diretas e indiretas não são conversíveis em ações.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Notas Promissórias - Controladora

Em 07 de Junho de 2019, em reunião de quotistas registrada na Jucesp em 14/06/2019, foi aprovada a 3ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 20/06/2019. Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

Notas Promissórias

▪	Número da Emissão	3ª Terceira
▪	Valor total de emissão:	R\$ 85.000.000,00
▪	Características das Notas Promissórias	Emissão de 17(dezessete) Notas Promissórias, sendo 2(duas) da 1ª séries e 15 da 2ª séries)
▪	Valor nominal unitário:	R\$ 5.000.000,00
▪	Data de emissão:	25/06/2019
▪	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 2ª Emissão e reforço de caixa da Emissora.
▪	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 1,6% (um inteiro e sessenta centessimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
▪	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em 24 de Junho de 2020 , e as notas promissórias da 2ª série terá o vencimento em 24 de Junho de 2021 .
▪	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 24.154.589 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimento S.A. de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor Nominal das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a respectiva Data de Vencimento. e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos a partir da data de assinatura do Contrato de Garantia, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim.

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Consolidado	
31/12/2019	
2021	820.276
2022	407.815
2023	410.597
2024	1.217.931
2025	930.318
Após 2025	<u>3.937.424</u>
	<u>7.724.361</u>

17. Tributos e Contribuições sociais corrente e diferido

a) Tributos e Contribuições sociais correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>				
IRRF	971	1.159	1.323	12.570
Provisão para Imposto de Renda	-	-	27.188	25.438
Provisão para Contrib. Social	-	-	33.445	26.934
PIS	6	7	4.705	4.156
COFINS	32	40	19.908	17.390
ICMS	-	-	11.495	5.611
INSS	2	-	3.157	3.631
ISS	53	52	5.698	1.254
Pis e Cofins Diferidos	-	-	40.635	41.672
Outros	24	23	1.840	1.221
	<u>1.088</u>	<u>1.281</u>	<u>149.394</u>	<u>139.877</u>
<u>Não Circulante</u>				
Outros impostos	-	-	-	1.485
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.485</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

b) Tributos e Contribuições sociais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Não circulante</u>				
Cofins e Pis Diferidos	-	-	617.545	247.849
Imposto de renda diferido	58	72	840.741	444.211
Contribuição social diferido	20	25	388.836	240.644
	<u>78</u>	<u>97</u>	<u>1.847.122</u>	<u>932.704</u>

18. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Controladas</u>		
Verde 8 Energia S.A.	9.280	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	10.737	10.809
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.495	5.627
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	1.820
Ijuí Energia S.A.	4.169	-
Energia dos Ventos I S.A.	26	83
Energia dos Ventos II S.A.	1.215	126
Energia dos Ventos III S.A.	361	354
Energia dos Ventos IV S.A.	3.377	1.414
Energia dos Ventos X S.A.	260	12.505
Ferreira Gomes Energia S.A	11.239	53.281
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	9.600	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	24.512	-
	<u>80.271</u>	<u>86.019</u>
Circulante	73.594	79.341
Não circulante	6.677	6.678
	<u>80.271</u>	<u>86.019</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

19. Provisão para gastos ambientais:

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e também realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Controladas</u>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	7.525	9.950
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	766	714
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	47	44
Verde 8	10.059	10.376
Ijuí Energia S.A.	725	745
Energia dos Ventos X S.A	494	494
Ferreira Gomes Energia S.A	843	1.811
TME	213	-
	<u>20.672</u>	<u>24.134</u>
Circulante	19.938	23.400
Não circulante	734	734
	<u>20.672</u>	<u>24.134</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

20. Taxas Regulamentares e Setoriais

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.884	2.358
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	3.407	4.487
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	1.078	1.540
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	51.244	45.971
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	940	889
Ministério de minas e energia - MME	520	443
RGR e TFSEE diferido	158.477	166.746
Total	218.550	222.434
Circulante	60.073	85.107
Não circulante	158.477	137.327
	218.550	222.434

21. Provisões para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos judiciais				
Tributário	-	-	1	3.450
Cível	-	-	6.122	1.554
Fundiário	-	-	-	-
Trabalhista	1.003	1.003	10.047	6.124
Total	1.003	1.003	16.170	11.128
Circulante	-	-	323	1.071
Não circulante	1.003	1.003	15.847	11.060

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 10.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 5.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota. O valor das causas possíveis na companhia é aproximadamente 16milhões.

22. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2019 o capital social é de R\$ 476.725.512,00 totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

Quotistas	Quantidade de Quotas	% participação
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros	1	0,00%
Total	476.725.512	100,00%

Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

Remuneração aos acionistas

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	3	-	78.539	80.057
- Juros sobre contratos de mutuos	-	1	-	1
- Outras	103	256	8.696	17.827
Total	106	257	87.235	97.885
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	6.000	5.818	337.675	138.595
- Encargos s/debentures	-	-	-	190.124
- Ganho (perda) na variação cambial	-	-	(10.940)	12.998
- Juros sobre contratos de mutuos	-	799	-	799
- Juros sobre arrendamentos	-	-	4.734	-
- Outras	541	843	24.707	29.419
Total	6.541	7.460	356.176	371.935

24. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta		
Receita de transmissão de energia	461.143	175.865
Suprimento de energia	738.175	586.417
Remuneração do ativo financeiro da concessão	432.406	935.197
Receita de infra-estrutura	3.393.000	387.121
	<u>5.024.724</u>	<u>2.084.600</u>
Deduções		
Imposto sobre Serviços - IS	(318)	(387)
Pis	(19.471)	(16.845)
Cofins	(89.732)	(76.045)
Pis e Cofins Diferidos	(271.495)	(45.760)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(29.842)	(30.000)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.967)	(5.617)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(5.761)	(5.589)
Ministério de minas e energia - MME	(2.883)	(2.766)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(6.569)	(6.006)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	(699)	(754)
TFSSE e RGR Diferido	112	(11.922)
	<u>(432.625)</u>	<u>(201.691)</u>
Receita Operacional líquida	4.592.099	1.882.909

25. Instrumentos Financeiros

25.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

25.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2019		31/12/2018			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.025.236	1.025.236	2.975.449	2.975.449	Valor justo por meio do resultado	2
Investimentos de curto prazo	2.864.348	2.864.348	513.756	513.756	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores mobiliários	162.265	162.265	168.273	168.273	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	358.786	358.786	336.477	336.477	Custo amortizado	2
	<u>4.410.635</u>	<u>4.410.635</u>	<u>3.993.955</u>	<u>3.993.955</u>		
Passivos financeiros						
Fornecedores	403.181	403.181	296.415	296.415	Custo amortizado	2
Empréstimos e financiamentos	2.112.023	2.112.023	2.319.217	2.319.217	Custo amortizado	2
Debêntures	6.490.298	6.490.298	2.347.066	2.347.066	Custo amortizado	2
Passivo de arrendamento	33.963	33.963	-	-	Custo amortizado	2
	<u>9.039.465</u>	<u>9.039.465</u>	<u>4.962.698</u>	<u>4.962.698</u>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental.

Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.
 - Debêntures: O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

25.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam

controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 201, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 8.602.321, sendo que 10,21% desse valor (ou R\$ 877.959) correspondia a endividamento de curto prazo.

Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

25.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

25.4.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

25.4.2. Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 4.116.935 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas

exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

25.4.3. Riscos de mercado

a) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

b) Risco de descontração

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio.

Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

25.4.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 9,44% do total da dívida consolidada (9,96% em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

25.4.5. Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

25.4.6. Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

25.4.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

25.4.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	88.165	65.552	2.112.022	1.926.033
Circulante	10.372	65.552	398.434	262.736
Não circulante	77.793	-	1.713.588	1.663.297
Debêntures	-	-	6.490.298	4.542.789
Circulante	-	-	479.525	508.893
Não circulante	-	-	6.010.773	4.033.896
Dívida bruta	88.165	65.552	8.602.320	6.468.822
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32)	(26)	(1.025.236)	(2.975.449)
(-) Investimentos de curto prazo	-	-	(2.864.348)	(513.756)
(-) Títulos e valores mobiliários	(57.302)	(57.302)	(162.265)	(168.273)
Dívida líquida	30.831	8.224	4.550.471	2.811.344
Patrimônio líquido	2.585.051	2.291.863	7.556.248	6.330.909
Índice de endividamento líquido	0,01	0,00	0,60	0,44

26. Informações por Segmento

Os principais segmentos operacionais da Controlada Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2019

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
Receita operacional bruta	4.286.549	497.149	-	241.026	5.024.724
Receita de transmissão de energia	461.143	-	-	-	461.143
Receita de infraestrutura	3.393.000	-	-	-	3.393.000
Remuneração do ativo financeiro da concessão	432.406	-	-	-	432.406
Suprimento de energia	-	497.149	-	241.026	738.175
Deduções da receita operacional bruta	(368.255)	(44.478)	-	(19.892)	(432.625)
Receita operacional líquida	3.918.294	452.671	-	221.134	4.592.099
Custo do serviço					
Energia comprada para revenda	-	(141.248)	-	(90.491)	(231.739)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(30.397)	-	-	(30.397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(10.636)	-	-	(10.636)
Custo dos serviços prestados	(114.162)	(49.544)	-	(7.330)	(171.036)
Custo de infraestrutura	(1.575.398)	-	-	-	(1.575.398)
Depreciação / Amortização	(2.534)	(103.554)	-	(37)	(106.125)
	(1.692.094)	(335.379)	-	(97.858)	(2.125.331)
Lucro bruto	2.226.200	117.292	-	123.276	2.466.768
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(45.764)	(36.362)	(46.121)	(3)	(128.250)
Depreciação / Amortização	(3.154)	(1.300)	(2.472)	(1)	(6.927)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	57.394	-	57.394
Outras receitas	43	2.695	48.499	-	51.237
Outras despesas	(10)	(1)	-	-	(11)
	(48.885)	(34.968)	57.300	(4)	(26.557)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	2.177.315	82.324	57.300	123.272	2.440.211
Despesas e receitas financeiras					
Despesas financeiras	(103.285)	(139.503)	(113.370)	(18)	(356.176)
Encargos de dívidas	(93.117)	(136.311)	(107.713)	-	(337.141)
Variações cambiais	3.091	7.096	753	-	10.940
Outras	(13.259)	(10.288)	(6.410)	(18)	(29.975)
Receitas financeiras	21.551	17.095	48.551	38	87.235
Receitas de aplicações financeiras	17.565	14.739	40.080	23	72.407
Outras	3.986	2.356	8.471	15	14.828
	(81.734)	(122.408)	(64.819)	20	(268.941)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.095.581	(40.084)	(7.519)	123.292	2.171.270
IR e CSLL correntes	(76.592)	(15.175)	(324)	(116)	(92.207)
IR e CSLL diferidos	(449.779)	1.116	-	-	(448.663)
	(526.371)	(14.059)	(324)	(116)	(540.870)
Lucro líquido Consolidado	1.569.210	(54.143)	(7.843)	123.176	1.630.400
Participação de não controladores	(730.179)	(20.934)	(433.080)	-	(1.184.193)
Lucro líquido	839.031	(75.077)	(440.923)	123.176	446.207

27. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

28. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, oferecem planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

29. Evento relevante

Controlada Alupar Investimentos S.A.

- EDTE - entrada em operação comercial

Em 20 de janeiro de 2020, a controlada indireta da Companhia, EDTE obteve autorização para início de operação comercial. A transmissora EDTE é responsável pelo desenvolvimento, construção e operação do lote M da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 realizado em abril de 2016, composto pelas seguintes instalações: LT 500 kV Ibicoara - Poções III | Extensão 165 Km; o SE 500/230 kV Poções III | Potência 600 MVA; e a LT 230kV Poções III - Poções II | Extensão 5 Km. A EDTE contribuirá com a expansão do sistema de transmissão da região sul do estado da Bahia, visando o adequado atendimento elétrico aos consumidores dessa região.

- OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2020

A CVM emitiu em 5 de fevereiro de 2020, o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2020, com orientação quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Dentre as orientações constantes do ofício, o item 13 - Adoção Inicial CPC nº 47 e nº 48 - Concessionárias Transmissoras de Energia Elétrica, orienta para a apresentação de uma conciliação dos números, evidenciando a movimentação dos saldos do ativo de contrato e do ativo financeiro, antes e após os efeitos da implementação dos pronunciamentos CPC nº 47 e nº 48. A Administração da Companhia e suas controladas realizou avaliação e considera que os valores já apresentados nas Demonstrações Contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme nota explicativa nº 4.1, estão adequados e sem necessidade de alteração/ajustes, desta forma, tais reconciliações não estão sendo reapresentadas nessas Demonstrações Contábeis.

- "Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de tráfego, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da pandemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Companhia e, ainda, para seus usuários e fornecedores.